MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO PARÁ

5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 040/2014-MP/PA, CELEBRADO ENTRE O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ E O SR. PAULO LIMA PINHEIRO.

Pelo presente Termo Aditivo ao **CONTRATO Nº 040/2014-MP/PA**, firmado entre o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 05.054.960/0001-58, com sede na Rua João Diogo nº. 100, Bairro Cidade Velha, CEP: 66015-165, Belém-PA, neste ato representado pelo Exmo. Procurador-Geral de Justiça, Dr. **GILBERTO VALENTE MARTINS**, brasileiro, residente e domiciliado nesta cidade, doravante denominado **LOCATÁRIO,** e o Sr. **PAULO LIMA PINHEIRO**, portador do RG nº 6142144 SSP/PA -2ª via, inscrito no CPF sob o nº 082.160.532-15, residente e domiciliado à Avenida São Pedro, nº 217, Bairro: Centro, CEP: 68.719-970, São João de Pirabas/PA, Telefone: (91) 3411-1400 / (91) 98769-9864, E-mail: paulosamulima@gmail.com, proprietário do imóvel localizado na Travessa da Glória, nº 331, Bairro: Cidade Velha, CEP: 68.719-000, São João de Pirabas, doravante denominada **LOCADORA**, têm entre si justas e acordadas as cláusulas e condições, objeto do presente Termo Aditivo:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica alterada a Cláusula Terceira do Contrato original que trata da **VIGÊNCIA, PRORROGAÇÃO E ALTERAÇÃO DO CONTRATO**. O mencionado instrumento contratual que tem como **objeto** a "locação de imóvel utilizado como sede da Promotoria de Justiça de São João de Pirabas/PA", decorreu da **Dispensa de Licitação nº 021/2014-MP/PA.**

CLÁUSULA SEGUNDA

Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato original por mais 12 (doze) meses, a contar de **16.06.2020**, nos termos do artigo 62, §3º, I, da Lei nº 8.666/1993 e também na Lei nº 8.625/1991 (Lei do Inquilinato).

CLÁUSULA TERCEIRA

Para atender às despesas oriundas do presente aditivo o Ministério Público valer-se-á de recursos oriundos da seguinte função programática:

Atividades: 12101.03.091.1494.8758 – Promoção e Defesa dos Direitos Constitucionais.
Elementos de Despesa: 339036 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física.
Fonte: 0101 – Recursos Ordinários.

CLÁUSULA QUARTA

E por estarem justas e acordadas, as partes assinam o presente Termo Aditivo, em 02 (duas) vias, de igual teor e para um só efeito, na presença das testemunhas abaixo elencadas.

Belém, 29 de Maio de 2020.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ
Locatário

PAULO LIMA PINHEIRO
Locador

Testemunhas:
1) _____
RG: SSP.PA 1[illegible]583

2) Renata Silva
RG: 314895

Atividade de Licitações e Contratos
Rua João Diogo, 100, 4º Andar, Cidade Velha, Belém-Pará
CEP 66015-165

Telefone: (91) 4006-3502
licitacao@mppa.mp.br
www.mppa.mp.br

CONCEDER ao servidor CARLOS AUGUSTO NOGUEIRA DA SILVA, ocupante do cargo efetivo de Agente Operador de Veículos, matrícula nº 200110, Licença para Atividade Política nos 03 (três) meses que antecedem ao pleito eleitoral de 04/10/2020, com a manutenção dos vencimentos integrais, nos termos do art. 94 da Lei Estadual nº 5.810/1994 c/c o art. 1º, inciso II, alínea "I", da Lei Complementar Federal nº 64/1990.
Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.
Belém/PA, 28 de maio de 2020.
GUILHERME DA COSTA SPERRY
Procurador-Geral de Contas

Protocolo: 549584

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

ADMISSÃO DE SERVIDOR

PORTARIA N.º 140/2020-MP/SGJ-TA
A SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 114/2018-MP/PGJ, de 12 de janeiro de 2018,
R E S O L V E:
I - SUSPENDER, por necessidade de serviço, as férias da servidora DENISE MAIA CARNEIRO, estabelecida pela Portaria nº 722/2019-MP/SGJ-TA, no período de 02/06 a 01/07/2020, para gozo oportuno.
II - SUSPENDER, por necessidade de serviço, as férias do servidor OTINIEL DE SOUSA VILA NOVA, estabelecida pela Portaria nº 723/2019-MP/SGJ-TA, no período de 01 a 30/05/2020, para gozo oportuno.
III - SUSPENDER, por necessidade de serviço, as férias do servidor VALTER ANDREY VALOIS CAVALCANTE, estabelecidas pela Portaria nº 722/2019-MP/SGJ-TA, no período de 04/05 a 02/06/2020, para gozo oportuno.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA, Belém, 8 de maio de 2020.
ROSA MARIA RODRIGUES CARVALHO
Subprocuradora-Geral de Justiça,
Área técnico-administrativa

Protocolo: 549640

4ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE BENEVIDES
EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO
A 4ª Promotoria de Justiça Cível de Benevides torna pública a INSTAURAÇÃO do PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO, autuado sob o Simp nº 000113-036/2020, que se encontra à disposição na Promotoria de Justiça Cível da Comarca de Benevides, situada à Av. Nações Unidas, nº 70, Bairro Centro, Município de Benevides, Pará, Fone: (91) 37241408.
PORTARIA DE INSTAURAÇÃO Nº: 024/2020-MP/PJB/4ºCargo
DATA DA INSTAURAÇÃO: 25/05/2020
Objeto: apurar possível violação de direitos das crianças R.M.L.S., Y.I.L.S., M.A.L.D.S., S.S.L.M., e S.T.L.M., consistente em negligência e maus tratos supostamente atribuídos aos genitores, no Município de Benevides.
Investigante: 4ª Promotoria de Justiça Cível de Benevides.
Promotor de Justiça: Dr. Laércio Guilhermino de Abreu

Protocolo: 549672

TERMO ADITIVO A CONTRATO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO
Núm. do Termo aditivo: 5.
Núm. do Contrato: 040/2014-MP/PA.
Partes: Ministério Público do Estado do Pará e o Sr. PAULO LIMA PINHEIRO.
Objeto e Justificativa do Aditamento: Locação de imóvel utilizado como sede da Promotoria de Justiça de São João de Pirabas. Prorrogação do prazo de vigência do Contrato Original por mais 12 (doze) meses.
Data de Assinatura: 29/05/2020
Vigência do Aditamento: 16/06/2020 a 15/06/2021.
Dotação Orçamentária: Atividade: 12101.03.091.1494.8758. Elemento de despesa: 3390-36. Fonte: 0101.
Ordenador Responsável: Dr. Gilberto Valente Martins.

Protocolo: 549606

AVISO DE LICITAÇÃO

Número do Processo: 0174/2019-SGJ-TA
Modalidade: Pregão Eletrônico nº 024/2020-MP/PA (Repetição do 017/2020-MP/PA)
Objeto: Registro de Preços para a aquisição de água mineral
Regime de Execução: Indireta (empreitada por preço global por item)
Tipo de Licitação: Menor Preço
Entrega do Edital: No site www.comprasgovernamentais.gov.br ou no Portal da Transparência no site www.mppa.mp.br
Observação: UASG - 925980.
Responsável pelo certame: RAFAEL RODRIGUES DE SOUZA
Local de Abertura: www.comprasgovernamentais.gov.br.
Data da Abertura: 16/06/2020
Hora da Abertura: 09h (NOVE) HORAS – HORÁRIO DE BRASÍLIA
Orçamento:
Classificação: 12101.03.122.1494.8760 – Governança e Gestão
Elemento: 3390-30
Fonte: 0101 – Recursos Ordinários
Ordenador Responsável: GILBERTO VALENTE MARTINS

Protocolo: 549798

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Nº da Dispensa: 010/2020-MP/PA.
Partes: Ministério Público do Estado do Pará e a Empresa O2 SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA DIGITAL LTDA (CNPJ nº 08.706.548/0001-63)
Objeto: Aquisição de Subscrição de acesso aos recursos de aprendizagem online da Red Hat.
Valor Total: R$12.320,00(doze mil, trezentos e vinte reais).
Fundamento Legal: Art. 24, II, da Lei Federal 8.666/93.
Data da Assinatura: 28/05/2020.
Dotação Orçamentária:
Atividade: 12101.03.128.1494.8761 – Valorização de Pessoas;
Natureza da Despesa: 339039 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica;
Fonte: 0101 – Recursos Ordinários.
Ordenador Responsável: Dr. Gilberto Valente Martins

Protocolo: 549610

OUTRAS MATÉRIAS

ATO N.º 63/2020
O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais, e considerando os termos do requerimento protocolizado sob o n.º 12807/2020, em 19/5/2020,
R E S O L V E:
EXONERAR, de acordo com o art. 60, I, da Lei Estadual n.º 5.810, de 24/1/1994, LUCAS BOGAZ COLLINETTI, do cargo de Assessor de Promotoria de Justiça de Primeira Entrância, MP.CPCP-102.3, nomeado por meio do Ato nº 318/2017, datado de 31/10/2017, publicado no D.O.E. de 1º/11/2017, a partir de 1º/6/2020.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA
Belém, 27 de maio de 2020.
GILBERTO VALENTE MARTINS
Procurador-Geral de Justiça

ATO Nº 64/2020
O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO os termos do requerimento protocolizado sob o n.º 12807/2020, em 19/5/2020,
CONSIDERANDO a exoneração do servidor Lucas Bogaz Collinetti, do cargo de Assessor de Promotoria de Justiça de 1ª Entrância, por meio do Ato nº 63/2020, datado de 27/5/2020,
CONSIDERANDO que a nomeação não implicará em aumento de despesa com pessoal, em virtude da substituição do servidor Lucas Bogaz Collinetti,
R E S O L V E:
NOMEAR, de acordo com o art. 183 da Constituição do Estado do Pará, c/c os arts. 6º, inciso II, e 7º da Lei Estadual nº 5.810, de 24/1/1994, ROBERTA DA SILVEIRA ALEIXO, para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor de Promotoria de Justiça de Primeira Entrância, MP. CPCP-102.3, a contar de 1º/6/2020.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA
Belém, 27 de maio de 2020.
GILBERTO VALENTE MARTINS
Procurador-Geral de Justiça

Protocolo: 549723

PORTARIA N.º 1.846/2020-MP/PGJ
A SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria n.º 114/2018-MP/PGJ, de 12 de janeiro de 2018;
R E S O L V E :
ALTERAR o 1º período de férias da Promotora de Justiça ANA MARIA MAGALHÃES DE CARVALHO, estabelecidas pela Portaria n.º 7.592/2019-MP/PGJ, de 03/02 a 03/03/2020, para gozo de 03/11 a 02/12/2020.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL. Belém, 27 de maio de 2020.
CÂNDIDA DE JESUS RIBEIRO DO NASCIMENTO
Subprocuradora-Geral de Justiça,
para a Área Jurídico-Institucional

PORTARIA N.º 1.847/2020-MP/PGJ
A SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria n.º 114/2018-MP/PGJ, de 12 de janeiro de 2018,
CONSIDERANDO a autonomia administrativa do Ministério Público, assegurada pela Constituição Federal em seu art. 127, § 2º;
CONSIDERANDO a competência administrativa do Procurador-Geral de Justiça, estabelecida no art. 18, inciso V, da Lei Complementar n.º 057, de 06 de julho de 2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará);
CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a continuidade dos serviços no Ministério Público do Estado do Pará,